

Modernização capitalista e “democracia vulgar” na particularidade da formação histórica brasileira / *Capitalist modernization and “vulgar democracy” in the particularity of the brazilian historical formation*

DOUGLAS RIBEIRO BARBOZA¹

Resumo: O estudo objetiva analisar a relação entre os processos de modernização capitalista no Brasil e as mediações históricas sobre as quais “se consolida o que Marx denomina como democracia (vulgar)”. A maneira pela qual o liberalismo se conformou na particularidade brasileira foi capaz de revelar a *essência* da restritividade democrática que foi ocultada pela “forma” do capitalismo e liberalismo na Europa. A importância do debate encontra-se na necessidade de desmistificação da discussão em torno do caráter do liberalismo e da democracia nos marcos do capitalismo brasileiro o qual, mesmo nas direções mais críticas, resvala numa análise comparativa com os processos europeus, e, de forma mais grave, numa crítica efetivada a partir do próprio autoelogio que o liberalismo evoca para si. Buscaremos, também, compreender a relação entre a consolidação do caráter extremo de vulgaridade democrática do simulacro brasileiro e as transformações societárias engendradas pelo atual estágio de desenvolvimento capitalista.

Palavras-chave: democracia vulgar; capitalismo; Brasil.

Abstract: This essay analyzes the relationship between the capitalist modernization processes in Brazil and the historical mediations on which “consolidates what Marx called as (vulgar) democracy”. The manner in which liberalism has been conformed in Brazilian particularity was able to reveal the essence of democratic tightening that has

1 Professor Adjunto da Escola Serviço Social da Universidade Federal Fluminense. Doutor em Serviço Social (PPGSS-UERJ). Coordenador do Grupo de Estudos Marxismo e Realidade Brasileira (GEMARB).

been hidden by the “shape” of capitalism and liberalism in Europe. The importance of the debate is the need to demystify the discussion around the aspect of liberalism and democracy in the Brazilian capitalism landmarks which, even in the most critical directions, leads to a comparative analysis with the European processes, and, more seriously, to a critique made from the self-praise that liberalism evokes for itself. We also aim to understand the relationship between the consolidation of the extreme aspect of the democratic vulgarity of Brazilian simulacrum and the societal transformations engendered by the current stage of capitalist development.

Keywords: vulgar democracy; capitalism; Brazil.

Na perspectiva marxiana, assim como pode ser denominada de “vulgar” a economia que restringe o seu alcance à esfera da circulação, também pode ser denominada “vulgar” a democracia que constitui a esfera política decependo-a, de forma arbitrária, face às condições concretas de vida e as relações reais de poder que se desenvolvem sobre esta base. Com a consolidação da democracia burguesa (e a consolidação de seu caráter vulgar), a comunidade política que se formata é puramente a transfiguração da esfera da circulação: nela se deparam unicamente “cidadãos” sem ulterior caracterização ou distinção; apenas compradores e vendedores de mercadorias que usufruem o “livre direito” de escolherem diferentes produtos políticos.

Nestas condições, a democracia burguesa já nasce como uma “democracia vulgar”. No momento do capitalismo em formação, quando a pesquisa científica ainda era uma possibilidade, a compreensão das relações, processos e estruturas da democracia tal como ela se conformara até então – ou seja, a partir das referências das primeiras práticas que foram cunhadas sob a expressão grega que a definia como poder soberano ou governo (*krátos*) pelo povo (*demos*), considerado no seu sentido social – possibilitou a construção de uma forma de organização política que precisava negar o seu caráter democrático. Ou seja, na necessidade científica de distinguir o capitalismo de qualquer outro sistema, a aceitação da democracia a partir da sua significação clássica (de participação política e o exercício do poder de amplos setores sociais) chocava-se com as pretensões das elites que emergiam como

dominantes e com os objetivos do liberalismo clássico em articular um desenho institucional que não apenas permitisse à burguesia controlar o Estado, mas também salvaguardar o que ela entendia por direito do indivíduo, o qual, na concepção liberal, implica a negação dos direitos da maioria dos “indivíduos”.

Com a consolidação política e econômica da ordem burguesa, e com a ampliação das lutas entre as classes fundamentais, burguesia e proletariado, a negação científica teve de se transformar em assimilação descaracterizante, reduzindo a democracia ao seu caráter puramente formal, excetuada de seus aspectos econômicos e sociais. Se a ideia de democracia como igualdade, implicava a subversão da ordem burguesa, sua tradução por meio de mecanismos de liberdades jurídicas e constitucionais permitiu a inserção desta demanda nos princípios básicos do pensamento liberal, reduzindo a sua reivindicação à divisa estritamente “política”. Ao incorporar o significado da democracia aos bens políticos ainda toleráveis pelos seus interesses particulares, as classes dominantes dela se apropriaram e naturalizaram-na, assim como as teorias revolucionárias foram “domesticadas” pelas classes dominantes inglesa, americana e francesa.

A questão das restrições democráticas se agravava no cenário clássico da construção das revoluções burguesas na medida em que o discurso liberal difundia-se por uma forma autoapologética que ocultava as tensões e contradições das reivindicações de igualdade e liberdade e seu estreito entrelaçamento com a justificação da escravidão e aniquilamento dos povos coloniais. Tais contradições eram mais facilmente camufladas porque as diferentes formas de trabalho compulsório que sustentaram o processo de acumulação do capital foram transladadas do cenário da “liberdade” das metrópoles para o ambiente “indolente” e “selvagem” das colônias. O argumento de que os “povos bárbaros” coloniais eram incapazes de decidir pelo seu autogoverno serviram de substrato para que, no momento de redefinição da democracia nos marcos burgueses, a tradição liberal assimilasse os trabalhadores assalariados e os não proprietários à “multidão criança” cuja extensão dos direitos políticos deveria ser neutralizada. Sob os marcos liberais e nas “vias clássicas” de transformação capitalista, a democracia (vulgar) burguesa se propaga no oco.

Este conteúdo antidemocrático do liberalismo e a inerente dimensão vulgar da democracia associada à consolidação da revolução burguesa assume um caráter mais revelador da sua restritividade quando analisada na sua particularidade brasileira. Na particularidade de nossa “via não clássica” de transformação capitalista, as contradições da igualdade e da liberdade proclamadas pelo liberalismo se revelaram de forma mais clara, pois não havia mais um “cenário externo” para onde seriam transladadas e ocultadas as relações de “servidão perfeita” do trabalho compulsório. Ambas puderam andar livremente de “mãos dadas” e, durante um certo tempo, acompanhadas pela “servidão imperfeita” das diferentes formas de trabalho livre aqui desenvolvidas.

Para tal análise, é preciso se distanciar dos argumentos até então sustentados sobre o caráter do liberalismo no Brasil e sua relação com a democracia. Com algumas variações, estes argumentos se concentram em duas direções: por um lado, a compreensão do liberalismo como uma “ideia fora de lugar”, na qual os partidários da modernização são considerados como um grupo de intelectuais alienados e embasbacados ante os europeus, que aderiram meramente a determinado conceito apenas pelo prestígio de sua proveniência. Por outro, a compreensão de uma certa “adequação” do liberalismo segundo os interesses das elites dominantes locais, uma espécie de “critério seletivo” em que os partidários da modernização não entenderam o pleno sentido das ideias que colheram na Europa e adotaram somente as que pudessem produzir os efeitos desejados.

A proposta aqui apresentada se difere de tais argumentações, pois sustenta que, devido à particularidade de nossa transição ao capitalismo, os partidários da modernização, que atuavam na comunidade tradicional brasileira, agiram com surpreendente (consciente ou inconscientemente) habilidade de incorporar o “conteúdo” das teses liberais para além do que era ocultado nas “formas” em que esse liberalismo se autoproclamava, reexplicando-o a partir da natureza de seu ambiente social e institucional. Ao compreender-se a forma como se realizou a transição do país para os marcos do capitalismo por meio de um critério interpretativo que evidencie a precocidade de nossa revolução passiva, percebe-se que este processo de transição formatou um elemento fundamental para a neutralização e controle dos surtos libertários e das reivindicações políticas: conformou-se, aqui, um cenário

favorável para que o “conteúdo” antidemocrático do liberalismo se revelasse em condições sociais e econômicas propícias ao desenvolvimento do capitalismo sem que a justificação da manutenção da escravidão precisasse assumir “formas” ocultadoras e apoléticas.

A importância do debate aqui sugerido encontra-se na necessidade de sua ampliação e desmistificação em torno do caráter do liberalismo e da democracia nos marcos do capitalismo brasileiro o qual, mesmo nas direções mais críticas, resvala numa análise comparativa com os processos europeus, e, de forma mais grave, numa crítica efetivada a partir do próprio autoelogio que o liberalismo evoca para si. Ao tratar-se do caráter autocrático assumido pela revolução burguesa no Brasil e sua impossibilidade de “desencadeamento automático” dos pré-requisitos do modelo democrático-burguês, os argumentos normalmente seguem a linha de sustentação de que a impossibilidade de universalização das premissas da democracia política é determinada pela condição de “desenvolvimento desigual” do capitalismo retardatário no Brasil, posto que, no seu momento de acelerar a industrialização e de pressões democráticas, o capitalismo mundial se encontra num estágio absolutamente regressivo em suas possibilidades civilizatórias. Tal como afirma Florestan Fernandes (1976):

Ao revés, o que se concretiza, embora com intensidade variável, é uma forte dissociação pragmática entre desenvolvimento capitalista e democracia. [...] Assim, o que “é bom” para intensificar ou acelerar o desenvolvimento capitalista entra em conflito, nas orientações de valor menos que nos comportamentos concretos das classes possuidoras e burguesas, com qualquer evolução democrática da ordem social. A noção de “democracia burguesa” sofre uma redefinição, [...] pela qual ela se restringe aos membros das classes possuidoras que se qualifiquem, econômica, social e politicamente, para o exercício da dominação burguesa. (p. 340).

O eixo central da tentativa de análise da questão da democracia vulgar na particularidade brasileira parte da preocupação em relacioná-la com os processos que nos conduziram à “modernidade” capitalista e com as especificidades que, em função da particularidade da nossa “revolução burguesa”, tornaram-se próprias do capitalismo conformado no Brasil.

Na apreensão de processos de transição “não clássica” para o capitalismo (ou seja, processos que não seguiram as formas de transição ocorridas nas revoluções inglesas do século XVII ou da Grande Revolução Francesa do século XVIII) pode-se utilizar dois importantes conceitos elaborados no âmbito da tradição marxista. O primeiro refere-se à noção lenineana de “via prussiana” (LENIN, 1980), a qual serve, sobretudo, para definir os processos de transição para o capitalismo no campo, em que, na nova ordem fundada pelo capital, conservam-se claras sobrevivências das formas pré-capitalistas, como, por exemplo, o uso da coerção extraeconômica na extração do excedente produzido pelos trabalhadores rurais. O segundo refere-se à noção de “revolução passiva”, elaborada no interior do pensamento gramsciano (GRAMSCI, 2002), com a perspectiva de conceituar processos de modernização promovidos pelo alto, nos quais a conciliação entre diferentes frações das classes dominantes é um recurso para afastar a participação das massas populares na passagem para a “modernidade” capitalista.

A partir da fundamentação em tais conceitos, Coutinho (2005) nos revela um importante norte para direcionar as análises da especificidade brasileira em relação às vias “não clássicas” de transição para o capitalismo. Aqui, a solução “pelo alto” da questão do Estado nacional unificado precede e condiciona a solução “prussiana” da modernização agrária: a “revolução passiva” iniciada com a Independência e consolidada com o golpe da Maioridade conservou a grande exploração rural e o domínio político dos proprietários de terras e de escravos, e, desta forma, acabou preparando o desfecho “prussiano” para a questão de adaptar a estrutura agrária ao capitalismo no plano interno, no momento em que as potencialidades das relações escravistas de trabalho se esgotam. Nesse sentido, “ambos os movimentos foram importantes degraus na lenta e ‘não clássica’ marcha do Brasil para o capitalismo, deixando ademais profundas marcas em nosso presente”. (COUTINHO, 2005, p. 234).

Considerando tais formulações, a preocupação da presente investigação é atentar-se também aos processos que nos conduziram à “modernidade capitalista”, definindo-se a importância da consideração do anterior percurso em direção à definição dos germes do poder e da dominação burgueses, compreendendo que o processo de Independência e dos anos imediatamente subsequentes carregam importantes manifestações que virão a se desenvolver a partir do período republi-

cano. Tal escolha temporal configura-se como de extrema relevância analítica para a compreensão da passagem do momento de “negação científica” à aceitação descaracterizante da democracia pelo liberalismo na particularidade brasileira. A ideia proposta é de confirmar a capacidade de revelação da essência da relação entre liberalismo, democracia e capitalismo nos marcos de uma formação social em que os regimes de exceção se conformaram como a regra geral de “preparação do terreno” para que os “interstícios democráticos” variassem entre a democracia (vulgar) dos oligarcas e a democracia (vulgar) do grande capital.

Democracia vulgar no Brasil: da negação científica à incorporação descaracterizante

A importância do debate sugerido pelo presente estudo encontra-se na necessidade de ampliar e desmistificar a discussão em torno do caráter do liberalismo e da democracia nos marcos do capitalismo brasileiro o qual, mesmo nas direções mais críticas, resvala numa análise comparativa com os processos europeus, e, de forma mais, grave numa crítica efetivada a partir do próprio autoelogio que o liberalismo evoca para si. Ao tratar-se do caráter autocrático assumido pela revolução burguesa no Brasil e sua impossibilidade de “desencadeamento automático” dos pré-requisitos do modelo democrático-burguês, os argumentos normalmente seguem a linha de sustentação de que a impossibilidade de universalização das premissas da democracia política é determinada pela condição de “desenvolvimento desigual” do capitalismo retardatário no Brasil, posto que, no seu momento de aceleração da industrialização e de pressões democráticas, o capitalismo mundial se encontra num estágio absolutamente regressivo em suas possibilidades civilizatórias.

O que se coloca como uma “redefinição” da noção de “democracia burguesa” no cenário brasileiro, na verdade, é a revelação de forma mais clara do conteúdo vulgar que é inerente à própria democracia burguesa. Analisando os processos revolucionários inglês, americano e francês (e da justificativa de seus ideólogos defensores), podemos perceber que o desenvolvimento capitalista já se dissociava “pragmaticamente” da democracia, e as revoluções burguesas “clássicas” já traziam consigo a preocupação em separar a elite governante da multidão trabalhadora governada, criando uma nação política exclusiva, uma aristo-

cracia de cidadãos proprietários em que a propriedade – especialmente a propriedade de terra – permanecia como um *status* “extraeconômico” jurídico e político militar privilegiado. Na particularidade brasileira, o que ocorreu foi que a instituição de um autogoverno de uma sociedade civil constituída ou hegemonzada pelos proprietários de terras e escravos, fortemente decididos a não tolerar interferências no seu poder político, consolidou-se de maneira muito mais enraizada que nos marcos europeus. A velha oligarquia agrária, dos proprietários de terras e de escravos, foi, aqui, uma das protagonistas da via não clássica de nossa transformação capitalista, modernizando-se e recompondo-se economicamente, refazendo alianças para se manter no bloco de poder e influenciando decisivamente as bases conservadoras da dominação burguesa. Nestes marcos, a restrição da participação do poder político às forças populares assumia um caráter, por parte das elites dominantes, de uma “sequência natural” para uma formação econômico-social cuja marca determinante, ao longo de mais de trezentos anos, era o elemento escravista. São estas condições que possibilitam que parte significativa da vida republicana no Brasil se configure como um contínuo reiterar de formas autoritárias de resolução do antagonismo de classe, “pinceladas” com alguns poucos interstícios democráticos pouco substantivos.

Para a compreensão da passagem do momento de “negação científica” à aceitação descaracterizante da democracia pelo liberalismo na particularidade brasileira, é importante partirmos do anterior percurso em direção à definição desses “germes”, compreendendo que o processo de Independência e dos anos imediatamente subsequentes carregam importantes manifestações que virão a se desenvolver a partir do período republicano. Conforme afirma Ianni (1985, p. 14):

A propósito da história da revolução burguesa, pois, cabe alguma referência ao período monárquico: 1822-1889. Nessa época ocorreram alguns fatos notáveis, relativos a problemas tais como os seguintes: lutas de independência, revoltas e guerras populares, lutas separatistas, fugas e revoltas de escravos, primórdios da sociedade civil, cidadania, vida partidária, opinião pública e outros aspectos do processo histórico de formação do Estado nacional. Nessa época, as campanhas republicana e abolicionista são expressões muito importantes da sociedade civil em formação. Ao lado do amplo predomínio do trabalho escravizado, como base de todo vasto edifício do poder monárquico

(o que limita ou nega uma verdadeira sociedade civil burguesa) é inegável que vários acontecimentos ocorridos na época permitem colocar os anos da monarquia como o tempo das manifestações primordiais da revolução burguesa que se desenrolará desde 1888-89 em diante.

É importante destacar que, quando resgatamos as análises em torno das particularidades desse período pré-republicano, partimos da premissa de que, para compreendermos a particularidade da vulgaridade democrática e do liberalismo no Brasil, é importante apreendermos as relações recíprocas, de interdependência e antagonismo, entre as peculiaridades da formação social capitalista e as da formação social escravista, considerando o conjunto de relações, processos e estruturas de apropriação econômica e dominação política por meio dos quais a formação social capitalista vai conseguir emergir do desenvolvimento das forças produtivas internas e das relações externas – e como, conseqüentemente, se transformará num sistema de dominação e apropriação diverso e antagônico, em face da formação social escravista. (IANNI, 1978).

Ao avançarmos na investigação acerca da relação entre liberalismo, democracia e os caminhos da “modernidade capitalista’ no Brasil”, destaca-se que as tentativas de análises acerca das particularidades do liberalismo no país e sua relação com a questão democrática costumam cair numa armadilha da dicotomia teoria x prática/retórica x realidade que acaba desconsiderando as noções de “conteúdo” e “forma” tão cara à análise marxiana. Ao fazerem a crítica ao liberalismo como sustentáculo ideal do capitalismo e pensarem a sua particularidade no Brasil, fazem-na presos ao autoelogio e à visão apologética às quais se entregam o liberalismo e o Ocidente liberal, não alcançando assim a compreensão da exata dimensão do caráter vulgar da democracia em nosso país.

A relação entre a formação econômico-social brasileira e a subordinação ao capital mercantil mundial constitui-se a premissa para a delimitação dos protagonistas na estrutura de poder. Nesta reconstrução do contexto histórico-estrutural, se seguirá o caminho da base econômica para as estruturas sociais de poder, salientando as variadas funções econômicas e sociais da escravidão. Destacam-se os fatores externos e internos que possibilitaram a construção de uma “revolução

dentro da ordem”, sob a qual o compromisso entre o instituto da escravidão e o liberalismo econômico asseguraram a capitulação ou neutralização das forças democráticas que pudessem emergir no cenário de emancipação nacional. A ideia é demonstrar como os diferentes extratos ligados aos interesses das elites dominantes conseguiram efetuar uma transformação política nacional sem precisar contar com a participação dos extratos populares.

As rebeliões que trouxessem qualquer sombra de inconformismos e reivindicações populares foram abafadas, com extrema violência sob a justificativa da necessidade de se adestrar um povo “desordeiro e selvagem”, desagregando e desorganizando seus movimentos, de forma a se plasmar um cenário em que se tornava possível argumentar a aparência (construída) de um povo “passivo e apolítico”, tendente ao conformismo e à conciliação, cuja aspiração se resume em obedecer à Constituição e às leis. O poder econômico latifundiário precisava de ordem e tranquilidade para os seus negócios. Necessitava de um cenário onde as diversas diferenças e divergências econômicas, sociais e culturais não fossem empecilho para que minorias dominantes e suas sucessivas gerações conseguissem escamotear os direitos das “multidões” castradas e sangradas, sem que com isso as levassem ao desespero.

Apesar das tentativas de mobilização popular, a República se realizaria tal como a Independência se realizara: sem a colaboração de um movimento de raízes populares. O novo regime resultaria de um golpe militar como solução a descontentamentos de setores importantes para a economia e a política no país. As forças sociais que se apossaram do liberalismo mantiveram o seu caráter antidemocrático sob as bases de uma formação social que tornava mais clara a falácia dos ideais políticos da “garantia de vida, de liberdade, de igualdade e do direito à felicidade para todos os cidadãos”. As relações entre liberalismo e democracia, aqui, tornaram-se o “oco do oco”, isto é, mais reveladoras quando construídas sob as vicissitudes do já extremamente restritivo e excludente regime de produção escravista. E o resultado desse processo de desenvolvimento foi a perpetuação de valores tradicionais elitistas, antidemocráticos e autoritários, bem como a sobrevivência de estruturas de mando que implicaram na marginalização de amplos setores da população.

O horror às sublevações populares é marca registrada das elites de todos os tempos. Sob as bases da vocação não democrática inscrita no liberalismo dos intelectuais do Império, cuja repulsa declarada à democracia e à revolução traziam à tona as manifestações de urgência em “parar o carro revolucionário”, a República nasceu sob o signo da “ordem pública”. Fundada em 1889, a República combinara liberalismo e patrimonialismo de forma a já deixar claro quais eram as fronteiras possíveis para construir uma democracia vulgar no Brasil.

Assim, a vida social brasileira do período da Primeira República foi marcada pelo profundo traço do uso permanente, ilegal e impune do aparato repressivo para estancar o protesto dos espoliados, tirar de circulação a força de trabalho desnecessária e restaurar a ordem social nos moldes requeridos pelos interesses da classe dominante. Quando a retórica liberal radical embebia-se de uma piedosa simpatia pelos “deserdados da fortuna” e pelos “humildes”, logo se convertia (ou se revelava) em inquietude que intensificava as práticas repressivas quando a desarticulada massa ameaçava ultrapassar os limites e transformar-se em classe social.

Sob estas fundamentações, pôde-se revelar, aqui, que ainda nos germes da construção da democracia liberal no Brasil, ela já revelava mais claramente a capacidade de combinação dos argumentos de “negação científica” com os argumentos da “redefinição para o caráter vulgar” (como, por exemplo, na associação das justificativas do trato às “bestas selvagens” e à “multidão criança”, subsidiada pelos argumentos pejorativos em torno do processo de miscigenação). Pode-se afirmar, também, que a permanência da lógica da prática da repressão fundada na dialética do povo desordeiro-selvagem/passivo-apolítico consubstanciou tanto o momento da “negação científica” da democracia quanto o momento de construção do seu caráter vulgar no Brasil, revelando claramente quais eram as possibilidades mais extremas de uma república simultaneamente liberal e patrimonial, e pondo em marcha uma singular revolução pelo alto que se completara com o processo aberto na chamada “revolução de 1930”: pôs-se em marcha uma espécie de processo contrarrevolucionário, no sentido de fazer face à ascensão política de forças populares.

Entre 1930 e 1937, o Brasil viveu uma fase de muitas incertezas e grande agitação política que culminou na instauração de um novo tipo

de Estado, marcado por extraordinária centralização do poder, implementando, com um discurso nacionalista, um “governo forte”, cujo objetivo era transferir para si as bases de poder arraigadas nos regionalismos. A anterior Carta Magna era esfacelada pela “Aliança Liberal” que chegou ao poder com a “revolução de 1930”, instaurando uma situação de exceção autocrática.

As fronteiras e a vulgarização do curto período de regime “democrático”, efetivado nos anos 1930, se revelam mais claramente após a “revolução constitucionalista” de 1932. Mantém-se uma concepção de democracia e cidadania estreita e formal, que supõe como manifestação política adequada aquela que se dá dentro dos limites previstos no sistema legal, nas modalidades de participação interna aos mecanismos legais de representação, sobretudo a introdução do voto secreto e das mulheres e a criação de uma Justiça Eleitoral. As chamadas “conquistas democráticas” postas, pela revolução de 1930, na verdade, mantinham-se nas fronteiras da democracia vulgar que constitui a esfera política, decependo-a de forma arbitrária às condições concretas de vida e às relações reais de poder que se desenvolvem sobre esta base.

Com a instauração da ditadura de Vargas em 1937, consolida-se o processo de transformação “pelo alto”. Como reação aos movimentos populares, reais ou potenciais (os quais, após um longo período de recrudescimento do caráter repressivo, só conseguiram alcançar manifestações nos limites do subversivismo esporádico e elementar), as classes dominantes reagiram e se empenharam em “restaurações” que, em última instância, acolheram uma certa parcela das exigências provenientes “de baixo” e produziram importantes modificações na composição das classes, preparando o caminho para novas transformações reais. Fortaleceu-se o poder da burguesia industrial e financeira, cujo objetivo imediato era, pela ativa intervenção do Estado, promover a industrialização do país, sem grandes abalos sociais. A defesa, por parte do regime autoritário, veio acompanhada, nos intelectuais do regime, a classificações do mesmo como “um novo tipo de democracia”, “adequada” às necessidades da sociedade brasileira: uma democracia sem povo, sem eleições e eleitores, pela via autoritária-elitista a partir do Estado centralizado, cuja “mão de ferro” saberia guiar os passos da nacionalidade para o engrandecimento do Brasil. Era a extrema fetichização do que já era um simulacro da democracia vulgar liberal.

Um traço importante, que foi analisado no tocante a este período, refere-se ao fato de que a neutralização violenta dos “subversivos”, como forma de desmobilização e despolitização da classe trabalhadora, preparou o terreno para sustentar a concepção de “harmonia” e “integração” entre as classes sociais, mas, dessa vez, sob a forma de uma legitimação e reconhecimento da questão social no interior do Estado, cuja “solução” adotava o disfarce da “dádiva”, do “favor” de uma elite governante “benevolente”, capaz de antecipar as soluções necessárias para o bem-estar dos trabalhadores, sem a necessidade de grandes confrontos. Traveste-se, no discurso apologético da “outorga”, o fato de que a legislação social, na verdade, era resultante de todo um histórico de lutas. Passa-se a tratar como “benesses” a um povo cuja predisposição ao “espírito pacífico” não abria espaço para empreitadas violentas em longos processos de lutas. A dialética do povo desordeiro-selvagem/passivo-apolítico, utilizada para sustentar a negação da democracia, retorna sob novas roupagens para consubstanciar a tentativa de consolidação da “democracia vulgar”.

Tais argumentações sustentadas nos trazem importantes chaves analíticas para pensarmos as fases posteriores de consolidação da democracia vulgar no cenário brasileiro. No período entre 1945 e 1964, com o alcance da fase denominada de “industrialização pesada” (principalmente entre 1956 e 1961), formata-se o cenário em que, segundo as formulações de Florestan Fernandes (1976), se completará a revolução burguesa e a constituição do capitalismo no Brasil.

Este processo da industrialização brasileira, ainda que retardatório, está na base das pressões democráticas que, segundo Weffort (2003), as “classes populares” exercem sob o Estado no Brasil de 1945 a 1964, pressões estas referentes às possibilidades de ascensão socioeconômica e de consumo, desencadeadas com a migração campo-cidade em face do processo de urbanização e das péssimas condições de vida nas áreas rurais. Considerado por muitos como o período “efetivamente democrático”, esta democracia se realizará sob as bases de um cenário considerado pela historiografia brasileira como o auge do populismo, como poder ideológico de Estado, garantindo a transição da hegemonia da burguesia cafeeira para a burguesia industrial.

Ou seja, o ritmo do desenvolvimento econômico e social que anteriormente propiciou o surgimento das classes populares e que

passou a manter a vigência das alianças populistas deve ser preservado e intensificado (WEFFORT, 2003, p. 183). Como a pressão popular se dirige sobre a ampliação do consumo e da participação política, o desafio imposto à política populista é “compatibilizar desenvolvimento econômico com desenvolvimento democrático”, o que, nos marcos da experiência contraditória da formação social dessas classes populares e de consolidação do caráter vulgar da democracia, impulsiona uma conquista da cidadania (ou mais especificamente da igualdade de direitos) que cria a possibilidade de que se manifeste a insatisfação perante à desigualdade, porém sem de fato eliminar esta desigualdade.

Ao se reportar ao período correspondente aos governos de Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros, Mirian Limoeiro Cardoso (1978) afirma que a centralidade conferida ao desenvolvimento estava indissociavelmente vinculada à ordem capitalista, em que os setores financeiros operaram vultuosos e lucrativos empréstimos que aprofundaram a condição capitalista dependente vis-à-vis ao núcleo do capitalismo. E este processo se dá exatamente num contexto em que, segundo Florestan Fernandes (1981), ocorrem profundas contradições, conflitos e embates advindos do ajuste das frações burguesas locais ao capitalismo monopolista, e que a defesa do desenvolvimento, como parte estratégica “etapista” preconizada pelos setores mais influentes da esquerda, organizados pelo PCB, teve como resultado uma derrota amarga dos trabalhadores. (FERNANDES, 1981b).

Ou seja, o “oco dentro do oco” dessa democracia que se efetiva no quadro brasileiro é tão revelador que, no momento de um novo recrudescimento das reivindicações populares, de crise econômica e dissensos no bloco de poder sobre o direcionamento da sociedade, já havia configurado novamente o cenário propício para que a vulgarização democrática servisse de antessala para o restabelecimento do autoritarismo tão funcional aos interesses centrais do capitalismo: a acumulação desenfreada, despreocupada em ter que arcar com a trágica tarefa democrática de incorporação das classes populares ao processo político. Mais além, o caráter de simulacro do simulacro desta democracia vulgar é tão funcional aos interesses das classes dominantes que, ao instaurarem a ditadura, a partir de 1964, com o suporte da “Doutrina de Segurança Nacional”, os militares a invocam sobre o pretexto de “purificar a democracia de seus elementos subversivos”.

Conclusão

Tais formulações, apresentadas na presente tese, também nos auxiliam a compreender e levantar novas questões acerca do atual período de consolidação de uma democracia vulgar em que, pressionados pelo recrudescimento das lutas sociais antissistêmicas derivadas da crise das políticas neoliberais de primeira geração, os setores dominantes, abertos à revisão do Consenso de Washington, conseguiram atrair para o seu bloco de poder importantes setores de seus antagonistas, conformando um processo transformista que contribuirá para formatar a chegada do Partido dos Trabalhadores à Presidência da República, em 2003. Abre-se uma era de conciliação de iniciativas aparentemente contraditórias: as diretrizes do receituário liberal e a pauta desenvolvimentista, conformando uma apologia a um desenvolvimento fundado no equilíbrio entre crescimento econômico e desenvolvimento social, adjetivados de autossustentáveis econômica, social e ambientalmente. Pela mediação do mercado e do crescimento econômico induzido pelo Estado, o governo atendeu algumas das reivindicações das classes subalternas, ao mesmo tempo em que assegurou as exigências das classes dominantes. Na primeira etapa do governo Lula, por exemplo, ao mesmo tempo em que expandia-se a assistência social e aumentava-se o salário mínimo (concomitantemente com a expansão do crédito ao consumidor e dos empréstimos populares), realizavam-se as contrarreformas da educação e da previdência.

Com ou sem prefixo “neo”, o desenvolvimentismo vem assumindo uma extraordinária centralidade nas narrativas de todos os domínios: “econômicos, como se uma alternativa ao Estado mínimo neoliberal; político, pois associado ao novo progressismo dito de cariz pós-neoliberal, e social, no sentido de que o seu compromisso mais profundo é com os chamados pobres, assegurando a estes renda mínima e certa socialização que os levam a ser ‘pessoas com capacidade para fazer acontecer’ alternativas econômicas” (LEHER, 2012, p. 18). Consolida-se o caráter extremo da vulgaridade democrática do simulacro brasileiro: construir um Brasil mais democrático e passível de erradicar a pobreza se traduz na capacidade de impulsionar as camadas mais subalternizadas à órbita do mercado, na potencialização do consumo, fórmula esta amplamente difundida nos diversos momentos de campanha eleitoral que garantiram a (re)eleição dos governos Lula e Dilma.

Constituiu-se, assim, conforme nos esclarece Francisco de Oliveira (2010), um processo de “hegemonia às avessas”, um novo movimento constitutivo da hegemonia das classes dominantes, desenvolvido com as armas da despolitização em prol da conservação dos seus interesses. Coutinho (2010b) amplia tal formulação, afirmando que este movimento, que comporta a convivência com os novos movimentos sociais e com algumas das reivindicações de necessidades sociais (como o acesso à renda e ao consumo), formata na atualidade uma outra pedagogia: a da “socialização da sociedade brasileira” em que as demandas dos “de baixo” são atendidas no âmbito da “pequena política”, como meio de sitiar a “grande política”.

Por fim, não poderia deixar de citar como tais particularidades nos ajudam a pensar as últimas manifestações que ocorreram nas chamadas “jornadas de junho”, do ano 2013. Pela rapidez com que se espalharam, pelas multidões que mobilizaram, pela diversidade de temas e problemas postos pelos manifestantes, as frases mais ouvidas e disseminadas ao longo desse processo eram que “o gigante tinha acordado”, que o “povo acordou”, como se tudo não passasse de uma indignação que explodira repentinamente nos marcos de uma sociedade constantemente acostumada à passividade. A pauta colocada pelas elites e seus aparelhos privados de hegemonia, classificando a radicalização das manifestações como uma exacerbação de “selvageria”, “banditismo” e “vandalismo”, retoma a dialética do povo desordeiro-selvagem/passivo apolítico que fundamenta a via repressiva de contenção das reivindicações populares como forma de manutenção do *status quo* e garantia de funcionamento da “democracia vulgar”. A arrogância e a brutalidade dos detentores do poder plasmaram uma espécie de autismo social e político incapaz de perceber a “velha toupeira” que trabalhava no subsolo do tecido social, e por um estopim, promoveu, em poucos dias, a unificação de descontentamentos, lutas, reivindicações e anseios (autismo social e político este que também acometeu os próprios movimentos sociais e organizações das classes trabalhadoras).

Todavia, é importante considerar que, se a repressão aos jovens e a prepotência dos governantes funcionaram como um catalisador das contradições que germinavam sob a aparência de que tudo era “divino e maravilhoso” em nosso país, quando as contradições explodiram acabaram se expressando numa multifacetada manifestação de elementos de

bom senso contra a ordem ao lado de reapresentações de conteúdos conservadores e mesmo preocupantes do senso comum – como o nacionalismo exacerbado, o antipartidarismo, a retomada da extrema direita. Tal condição não é o suficiente para cometermos arroubos intelectuais e afirmar categoricamente que o atual estágio de consolidação da “democracia vulgar” necessariamente se conforma com uma antessala para um novo período autoritário de organização política que potencializará as necessidades de acumulação do capital, porém, minimamente, liga um sinal de alerta sob o cenário de organização (ou desorganização) social e política que esta democracia vulgar está sendo capaz de fermentar, o que deve ser premissa fundamental para qual devem estar voltadas as atenções dos movimentos das classes subalternas.

**Submetido em 31 de março de 2015 e aceito para
publicação em 20 de junho de 2015.**

Referências

CARDOSO, Miriam L. **Ideologia do desenvolvimento, Brasil: JK-JQ**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

COUTINHO, C. N. **Cultura e sociedade no Brasil**: ensaios sobre ideias e formas, 3. ed. ampliada, Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

_____. A hegemonia da pequena política. BRAGA, R.; OLIVEIRA, F. de; RIZEK, C. (Orgs.). **Hegemonia às avessas**: economia, política e cultura na era da servidão financeira. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 29-43.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

_____. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 3. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981b.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. 6 v.

IANNI, Octavio. **Escravidão e racismo**. São Paulo: Hucitec, 1978.

_____. **O ciclo da Revolução Burguesa**. Petrópolis: Vozes, 1985.

LEHER, Roberto. Ideologia do desenvolvimento, pobreza e hegemonia. In: MOTA, Ana Elizabete (Org.). **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia**. Crescimento econômico e reprodução da desigualdade. São Paulo: Cortez, 2012.

LENIN, V. I. **O programa agrário**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas. 1980.

OLIVEIRA, Francisco de. Hegemonia às avessas. In: OLIVEIRA, F. de; BRAGA, R.; RIZEK, C. (Orgs.). **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 21-27.

WEFFORT, Francisco. **O populismo na vida política brasileira**. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.